



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



Processo nº: 14.057/09 (b)
Origem: Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF
Assunto: Aposentadoria
Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)
Ementa: Aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, concedida a MARIA DO CARMO DANTAS. Determinação de diligência (Decisão nº 1.417/13-CSPM, reiterada pela Decisão nº 1.024/14-CPM). Solicitação de prorrogação de prazo formulada pela Secretaria de Estado de Saúde. VOTO pela concessão do prazo requerido.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, a MARIA DO CARMO DANTAS, a partir de 29.10.2008, no cargo de Auxiliar de Saúde – AOSD – Enfermagem, Classe Única, Padrão XX.

2. O ato concessório encontra-se fundamentado nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b” e §§ 3º, 8º e 17 da Constituição Federal de 88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c os arts. 1º e 15 da Lei nº 10.887/04, c/c o art. 41, inciso III, alínea “d”, da Lei Orgânica do DF e com os arts. 21 e 46, da Lei Complementar nº 769/08.

3. Na Sessão de 11.3.2014, o Tribunal, acolhendo voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.024/14 (fl. 19), **in verbis**:

DECISÃO ORDINÁRIA nº 1.024/14 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê fiel cumprimento a Decisão nº 1.417/13, vazada nos seguintes termos: “a) analise a acumulação dos cargos exercidos pela inativa, haja vista que ela já é aposentada como Técnico de Administração Pública, conforme ato de fls. 6 do Processo nº 4.775/92, juntando aos autos as conclusões e documentos que comprovem a legalidade constitucional do acúmulo e onde constem a natureza dos cargos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/BF/RV



exercidos (data de nomeação e exoneração/aposentadoria por cargo), horários de trabalho e a carga horária cumprida pela servidora em cada cargo ao longo do tempo, até a data da aposentação, bem como se os tempos averbados para esta aposentação não foram utilizados no outro vínculo; b) solicite à servidora que, tendo em conta o decidido nos Processos nºs 26.930/06 (Decisão nº 5.859/2008), 13.269/08 (Decisão nº 6.890/08) e 14.790/09 (Decisão nº 5.596/09), faça opção entre: 1) permanecer com a aposentadoria voluntária, com base na média aritmética da Lei nº 10.887/2004, na forma perpetrada pela Administração; 2) inativar-se na modalidade por implemento de idade (60 anos), com base no direito adquirido do art. 3º da EC nº 41/2003, c/c o art. 40, § 1º, inciso III, alínea 'b', da Constituição Federal, de forma a assegurar os institutos da paridade e integralidade; c) promova, caso a inativa opte pelo direito adquirido do art. 3º da EC nº 41/03, as correções que se fizerem necessárias no Ato Concessório de Aposentadoria e no Ato Concessório de Abono Provisório constantes dos autos”; II. alertar a jurisdicionada de que o descumprimento de deliberação da Corte, sem causa justificada, poderá ensejar ao responsável a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.”

3. Devidamente cientificada da deliberação suso transcrita, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Ofício nº 1.236/2014-GAB/SES (fls. 21/37), solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para apresentar os esclarecimentos requeridos por meio da Decisão nº 1.024/14 (CPM). Alega, entre outros motivos, que algumas unidades orgânicas responsáveis ainda não forneceram as informações solicitadas pela Corte de Contas.

É o Relatório.



VOTO

4. Versam os autos, nesta fase, do pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pelo Senhor Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde para cumprimento da Decisão nº 1.024/14 (CPM).

5. De acordo com documentação acostada às fls. 21/37, verifico que o cargo de autoridade máxima da referida Pasta estava vago à época da requisição. Logo o servidor signatário do documento pode ser considerado competente para a matéria.

Desta forma, tendo em conta a razoabilidade do pleito, VOTO no sentido de que Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício nº 1.236/2014-GAB/SES e dos documentos a ele anexos (fls. 21/37);

II. conceda à Secretaria de Estado de Saúde a prorrogação de prazo solicitada, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da decisão que vier a ser proferida, para que apresente os esclarecimentos requeridos pela Decisão nº 1.024/14;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator